



Prefeitura do Município de Paranavaí

Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias"
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 3.617/2010

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA FINS DE PAGAMENTO DE DÉBITOS ORIUNDOS DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.646/2005.

A CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica definido em 4.099,85 (Quatro mil e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º e o § 4º da Constituição Federal.

Parágrafo único – o valor será corrigido anualmente com base no índice da correção do maior benefício do regime geral da previdência social.

Art. 2º A RPV – Requisição de Pequeno Valor será liquidada pelo Município de Paranavaí no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da requisição judicial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 2.646/2005, bem como as demais disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ,
ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO
MÊS DE MAIO DE 2010.

ROGÉRIO JOSÉ LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL



Origem: Poder Executivo Municipal
Ref: Projeto de Lei nº 046/2009

Antonio Homero Madruga Chaves
Procurador Geral do Município

LEI Nº 3.617/2010

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA FINS DE PAGAMENTO DE DÉBITOS ORIUNDOS DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.646/2005.

A CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 10.- Fica definido em 4.099,85 (Quatro mil e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º e o § 4º da Constituição Federal.

Parágrafo único - o valor será corrigido anualmente com base no índice da correção do maior benefício do regime geral da previdência social.

Art. 2º A RPV - Requisição de Pequeno Valor será liquidada pelo Município de Paranaval no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da requisição judicial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 2.646/2005, bem como as demais disposições contrárias.

PARA O MUNICÍPIO DE PARANAVAL, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2010.

ROGÉRIO JOSÉ LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NO ORÇAO OFICIAL DO MUNICIPIO

DIÁRIO DO NOROESTE Nº 15.620

DATA 01/06/2010 SETOR DE PROTOCOLO

Fabiana